

**A. I. N°** - 281240.0028/06-4  
**AUTUADO** - AMARAL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.  
**AUTUANTE** - AURELINO ALMEIDA SANTOS  
**ORIGEM** - INFAZ ATACADO  
**INTERNET** - 08/11/2006

## 5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0332-05/06

**EMENTA:** ICMS.ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO NA PRIMEIRA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA. MERCADORIAS PROCEDENTES DE OUTROS ESTADOS, RELACIONADAS NA PORTARIA N° 114/04 POR ESTABELECIMENTO QUE NÃO POSSUI REGIME ESPECIAL. Exigência de acordo com o instituído pela Lei n° 8.967/03. Excluída da autuação mercadoria sujeita a substituição tributária. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 13/06/06, exige ICMS no valor total de R\$ 897,30, mais multa de 60%, pela falta de recolhimento do ICMS antecipação parcial, referentes às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, com fatos geradores em abril, agosto, setembro, novembro e dezembro de 2004, adquiridas para fins de comercialização.

O autuado na defesa apresentada à fl. 284/86, disse que o procedimento fiscal teve início com intimação emitida por fiscal outro que não o autuante requerendo as notas fiscais de fora do Estado, de março a dezembro de 2004. Observou “que não ficou com nenhuma via desta intimação”. Uma 2ª intimação foi expedida, após a análise da documentação requisitada, solicitando Documentos de Arrecadação (DAE) para algumas notas fiscais, para as quais o preposto fiscal supostamente não encontrara o pagamento do imposto por antecipação parcial. Por fim, 3ª intimação emitida, solicitando relação de DAES e listando as notas fiscais do período referido. O contribuinte afirmou ter atendido também a esta última. Alegou que após examinar os demonstrativos da autuação a ele entregues constatou que mercadoria sujeita a substituição tributária, como Iogurte, constava do referido demonstrativo. Reiterou a solicitação de nulidade, ou improcedência da autuação.

O autuante em sua informação fiscal (fls 306) concordou com a alegação defensiva, excluindo a mercadoria contestada do novo demonstrativo elaborado para a infração. Recomendou a redução do débito constante para R\$814,14. O autuado instado a se manifestar sobre os citados demonstrativos, deixou transcorrer o prazo sem se pronunciar (fls 308/09).

Após instrução processual, e entrega dos autos na Secretaria deste Conselho de Fazenda (CONSEF) o contribuinte em petição apresentada, argumentou que pagou todos os Documentos de Arrecadação referentes às notas fiscais autuadas e que o novo demonstrativo não foi disposto em forma analítica, havendo, portanto cerceamento ao seu direito de defesa. Pugnou pela nulidade ou improcedência da autuação. O autuante, instado a se pronunciar, repetiu o constante em sua informação fiscal.

## VOTO

O Auto de Infração trata da exigência da antecipação parcial do ICMS relativo à aquisição de mercadorias procedentes de outros Estados, sem o recolhimento na primeira repartição fazendária do percurso, de mercadorias relacionadas na Portaria n° 114/04.

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo teço as seguintes considerações:

Observo que a simples existência de intimações anteriores, mesmo não emitidas pelo autuante, não é óbice para lavratura de Auto de Infração. Esclareço, apenas a título ilustrativo, que superado o prazo concedido para apresentação de livros e documentos fiscais, exigidos mediante Intimação, e não havendo autuação, possibilita-se que o contribuinte pague o imposto sem a inclusão de multa.

O sujeito passivo tributário alegou ter atendido a três intimações que versavam sobre o objeto da lide, não havendo assim razão para a lavratura do lançamento de ofício, mas das intimações juntadas aos autos não se comprova que os documentos solicitados foram arrecadados por servidor fiscal. Não se provou também o pagamento do imposto ora reclamado. Por essas razões, afasto a arguição de nulidade suscitada. O mesmo vale para a arguição de nulidade suscitada pela defesa em sua segunda manifestação quanto ao novo demonstrativo elaborado pelo autuante. Este apenas repete o inicial, excluindo a mercadoria Iogurte, conforme solicitação do próprio autuado, não havendo em meu entender, cerceamento algum ao direito de defesa do contribuinte.

O autuado reclamou da inclusão de uma mercadoria no levantamento fiscal, e teve seu pleito acatado pelo autuante. Tenho que a exclusão da mercadoria Iogurte da autuação é acertada, uma vez que o produto está sujeito à substituição tributária e não a antecipação parcial à época dos fatos geradores. Decido por esta razão, excluir a citada mercadoria das autuadas, aceitando o demonstrativo de fls 307 como o exigido. Reitero que a alegação de ter o imposto sido pago não foi acompanhado das provas pertinentes, não sendo assim acolhida essa razão defensiva quanto ao mérito, à vista do art. 123 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF).

Quanto à antecipação parcial, o adquirente, situado no Estado da Bahia está obrigado ao recolhimento do ICMS – Antecipação Parcial, sendo que os contribuintes credenciados têm até o dia 25 do mês subsequente à entrada das mercadorias no Estado, para realizar o pagamento do ICMS.

A lei que instituiu a antecipação parcial no Estado prevê as hipóteses em que não ocorre a antecipação parcial do imposto. As mercadorias autuadas não constam da previsão legal, o que torna exigível o recolhimento das antecipações parciais. Em sendo assim, mantenho parcialmente a autuação, remanescendo o débito de:

Data Ocorr	Data Vencimento	Base Cálculo	Alíquota	Multa	Valor Histórico	Valor Real
30/04/2004	09/05/2004	856,94	17,00	60,00	145,68	145,68
31/08/2004	09/09/2004	1.402,00	17,00	60,00	238,34	238,34
30/09/2004	09/10/2004	2.185,35	17,00	60,00	371,51	371,51
30/11/2004	09/12/2004	108,35	17,00	60,00	18,42	18,42
31/12/2004	09/01/2005	236,41	17,00	60,00	40,19	40,19
Sub-Total						814,14

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração **nº 281240.0028/06-4**, lavrado contra **AMARAL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar

o pagamento para do imposto no valor de **R\$814,14**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de outubro de 2006.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR